ISSN: 2358-8829

IMPLICAÇÕES DA PRÁTICA EXTENSIONISTA SOBRE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NO CONTEXTO UNIVERSIDADE-ESCOLA

Tatiane de Lucena Lima [1]
Sônia Lima de Carvalho[2]

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a experiência resultante do projeto[3] "Trabalhando Violência e Gênero nas Escolas", desenvolvido pelo Núcleo de Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero (Mulieribus), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), evidenciando estratégias de extensão universitária feminista articuladas a parcerias com o Coletivo de Mulheres de Feira de Santana e a Rede de Proteção às Mulheres. A iniciativa insere-se no campo das práticas educativas críticas, compreendendo a escola como espaço de produção de saberes, disputas simbólicas e construção de subjetividades, marcado por relações de poder e desigualdades historicamente constituídas.

O projeto é compreendido como prática pedagógica e estratégia de mediação entre universidade-escola na prevenção das violências de gênero e suas interseccionalidades no contexto escolar. Fundamenta-se na epistemologia feminista e na perspectiva interseccional do Sul Global, articulando gênero, raça e classe na análise das desigualdades estruturais e na produção situada do conhecimento. A fundamentação teórica articula epistemologia feminista, interseccionalidade e estudos sobre gênero, dialogando especialmente com Akotirene (2019), Davis (2016), Freire (1970), Hooks (2019), Louro (1997) e Saffioti (2004), entre outros.

A questão que orienta este trabalho é: como a extensão universitária feminista, no contexto escolar, pode contribuir para a prevenção das violências de gênero e para a formação de sujeitos críticos, considerando que a escola é um espaço que simultaneamente reproduz e pode transformar desigualdades estruturais? A formulação do problema desloca a discussão de uma compreensão individualizante da violência para uma leitura das relações de poder e das

[1]Doutora pelo curso de Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, tatianelucena@ufrb.edu.br;
[2]Professora orientadora: Mestra, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, slcarvalho@uefs.br;
[3]Refere-se ao Projeto de Extensão financiado pela própria Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Bahia.

ISSN: 2358-8829

condições sociais que a produzem e a legitimam.

Ao abordar violência de gênero na escola, a relevância da pesquisa implica, justamente, pensar e resistir às formas disciplinantes e disciplinarizadoras que envolvem a produção do conhecimento, à ideologia androcêntrica[4] estabelecida entre os sexos, com vista a emancipação da consciência crítica dos sujeitos (LIMA, 2012). Conforme Freire (1970), numa tentativa política de revisitar seus paradigmas para um saber-fazer-ser condizente com um projeto social mais amplo, que busca instituir a pluralidade, a equidade, a justiça e o respeito.

A violência de gênero constitui um fenômeno social complexo, histórico e estrutural que atravessa diferentes instituições e relações sociais. No espaço escolar, ela pode assumir formas explícitas ou sutis, manifestando-se em agressões físicas e verbais, assédios, abusos, discriminações, silenciamentos, humilhações, controle dos corpos e reprodução de estereótipos. A experiência sistematizada neste artigo parte de uma constatação central: a violência não nasce na escola, mas nela encontra condições para ser reproduzida, naturalizada, invisibilizada e, ao mesmo tempo, questionada. Essa dupla condição torna a escola um espaço estratégico para ações educativas de prevenção e enfrentamento.

Metodologicamente, a experiência é orientada pela pesquisa bibliográfica e a pesquisa-ação qualitativa e participativa, desenvolvida em escolas públicas de Feira de Santana, em articulação com a universidade, movimentos de mulheres e organizações sociais. Foi realizado um recorte nos anos de 2024 e 2025 no projeto de extensão “Trabalhando Violência e Gênero nas Escolas”. Para tanto, foram realizadas as etapas de diagnóstico, intervenção e avaliação a partir de rodas de conversa, oficinas, dinâmicas, etc. Também foi aplicado um formulário com estudantes com o objetivo de identificar como os adolescentes percebem e vivem situações que envolvem violência de gênero e suas interseccionalidades.

Os resultados também indicam ampliação do reconhecimento das violências por estudantes, fortalecimento da confiança para relatos de denúncias, formação crítica e fortalecimento das redes. Argumenta-se que a extensão universitária feminista pode constituir prática educativa de liberdade e intervenção social quando sustentada pelo diálogo, pela participação e pela articulação interinstitucional. Conclui-se, portanto, que a experiência evidencia a potência da extensão universitária feminista como dispositivo de formação crítica, desvelamento de desigualdades naturalizadas no cotidiano escolar e enfrentamento ao currículo oculto, além de fortalecer parcerias institucionais e a rede intersetorial no combate às violências

[4] “O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas [...]” (MORENO, 1999, p. 23).

ISSN: 2358-8829

contra mulheres e meninas, reafirmando o papel social da universidade pública.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa, de abordagem qualitativa e participativa, se caracteriza como *pesquisa-ação*, conforme Thiollent (2011), articulando diagnóstico, intervenção e avaliação por meio de rodas de conversa, oficinas, vivências, escrevivências, análises fílmicas, formação de grupos multiplicadores, entre outros. Institucionalizado pela Resolução CONSEPE nº 140/2013, o projeto registra atuação continuada em escolas públicas do município investigado.

A pesquisa-ação permite aproximar investigação e transformação sem confundir uma dimensão com a outra. A identificação de problemas ocorre em interação com os sujeitos envolvidos; as ações são planejadas a partir das demandas e objetivos formativos; e a experiência das atividades produz novos elementos para reflexão e reorganização do trabalho. Trata-se, portanto, de um percurso aberto à revisão e à aprendizagem coletiva.

O diálogo ocupa posição central. Entre as estratégias metodológicas registradas encontram-se atividades diversas já supracitadas, desenvolvidas em parceria com o Coletivo de Mulheres de Feira de Santana e a Rede de Proteção às Mulheres, nas quais delegadas, psicopedagogas e assistentes sociais ministraram palestras e oficinas, juntamente com estudantes bolsistas e voluntários do projeto. A diversidade de procedimentos permite adequar a intervenção aos diferentes públicos, temas e contextos escolares.

Apesar do projeto de extensão “Trabalhando Violência e Gênero nas Escolas”, ser desenvolvido desde 2013 por pesquisadoras e bolsistas do Mulieribus/UEFS, foi realizado um recorte do ano de 2025 para este trabalho, através do projeto anual dos bolsistas e voluntários na Escola Estadual Hilda Carneiro, localizada em Feira de Santana, Bahia.

Além do desenvolvimento das oficinas sobre bullying e violências de gênero, foram aplicados 47 formulários com estudantes interessados e disponíveis do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) - com idade entre 18 e 22 anos - contendo 12 (doze) questões ao todo, com o objetivo de compreender como os adolescentes e jovens percebem e vivenciam situações de violência de gênero no cotidiano, utilizando a escuta sensível para apreender a realidade que muitas vezes é silenciada, mas que está presente nas escolas e demais espaços sociais e virtuais. Analisamos as narrativa e a percepção dos sujeitos por meio da *escuta sensível* (BARBIER, 1998), compreendendo também que o silenciamento Orlandi (2007) de muitas experiências é motivado pelo *habitus* do patriarcado. A partir das respostas, buscamos

ISSN: 2358-8829

refletir sobre os tipos de violência relatados, os espaços onde ocorrem, os sentimentos gerados e o papel da escola nesse contexto, resguardando a identidade dos(as) participantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto de extensão "Trabalhando Violência e Gênero na Escola", tem como foco principal a articulação entre universidade e escola para favorecer discussões sobre violências de gênero, visando a desconstrução de pensamentos e atitudes preconceituosas.

A extensão, aqui compreendida, [...] se coloca como um espaço estratégico para promover práticas integradas entre várias áreas do conhecimento, para isso, é necessário criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes sujeitos [...]. A extensão trabalha no sentido de transformação social (Castro, 2004, p. 14).

A troca de saberes entre os conhecimentos científicos e popular que resulta na democratização do conhecimento, sobretudo, na produção científica, tecnológica e sociocultural da realidade por meio da extensão. O projeto de extensão em questão é desenvolvido na área de gênero, conceito este que "[...] pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são 'trazidas para a prática social" (LOURO, 1997, p. 22). Contudo, essa designação evidencia a importância de não reduzir o sexo biológico ao gênero, pois este último é uma construção social.

Para Scott (1995, p. 86) a definição de gênero "[...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder". Por isso, não pode ser pensado como categoria isolada de análise ou de um estudo que aborda a diversidade, sendo necessária abordá-lo na perspectiva da interseccionalidade. Akotirene (2019, p. 19) aponta a interseccionalidade como uma "[...] instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtos de avenidas identitárias em que, por exemplo, no estudo sobre mulheres negras precisam considerar o cruzamento/sobreposição de gênero, raça e classe.

Violência, como termo fundante deste trabalho, pode ser vista como fenômenos complexos e multidimensionais, capazes de modificar a percepção individual, o bem-estar emocional e a saúde mental das pessoas que as sofrem e, com frequência daqueles que praticam. Elas reduzem a habilidade dos sujeitos de funcionar de forma independente e autônoma em sociedade. Na definição da Organização Mundial da Saúde, violência é o: [...] uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p. 5).

Compreender a violências de gênero exige ultrapassar explicações que a reduzem a episódios isolados ou conflitos interpessoais. Saffioti (2004) situa gênero, patriarcado e violência em uma trama social na qual desigualdades são (re)produzidas historicamente. Nessa perspectiva, a violência se relaciona com estruturas de poder que atribuem posições desiguais, naturalizam hierarquias e legitimam formas de controle, sobretudo sobre mulheres/meninas.

A cultura patriarcal não se expressa somente em atos extremos de violência. Ela também se manifesta na divisão dos espaços, nas expectativas sobre comportamentos considerados adequados para meninos/meninas, na desqualificação da fala feminina, no controle da sexualidade e na banalização de práticas machistas. No cotidiano escolar, relações de poder são produzidas em interações entre estudantes, profissionais, famílias e instituições. Louro (1997) chama atenção para o caráter produtivo da escola na construção e regulação de identidades. Isso significa que a instituição escolar não apenas recebe sujeitos já constituídos socialmente por meio de regras, currículos, linguagens, silêncios, práticas disciplinares e relações cotidianas, como participa da produção de modos de ser, agir e perceber diferenças.

A perspectiva interseccional constitui um dos fundamentos do projeto. Akotirene (2019) oferece uma chave de leitura para compreender a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. A interseccionalidade impede que gênero seja analisado de maneira isolada, pois as experiências concretas dos sujeitos são atravessadas simultaneamente por raça, classe, sexualidade, geração e outras relações de diferenciação e poder.

No contexto das escolas públicas, essa abordagem é especialmente relevante. Estudantes não vivenciam as desigualdades da mesma forma. As condições materiais de vida, os pertencimentos raciais, os territórios, as configurações familiares e as normas de gênero produzem experiências distintas de vulnerabilidade e resistência. A perspectiva interseccional permite reconhecer essas diferenças sem hierarquiz-a-las de forma simplificadora.

A contribuição de Davis (2016) reforça a necessidade de analisar conjuntamente gênero, raça e classe. Ao demonstrar historicamente que a experiência das mulheres não pode ser compreendida como uma experiência universal e homogênea, a autora oferece instrumentos para problematizar práticas educativas que tratam “a mulher” ou “a violência” como categorias abstratas. A extensão feminista, nessa direção, precisa considerar quem são os sujeitos concretos, em quais territórios vivem e quais relações sociais estruturam suas experiências.

Na escolas públicas de Feira de Santana há grande presença de adolescentes e jovens negros/as e periféricos/as, que vivem em lares que, muitas vezes, naturalizam a violência. Na escola investigada não seria diferente, pois 94% dos(as) participantes se autodeclararam pretos e pardos. Historicamente no Brasil, sabemos que o preconceito etnicorracial e de gênero se

ISSN: 2358-8829

reproduz continuamente, e que afeta e segrega, sobretudo, mulheres negras. A rejeição está presente em todos os espaços porque o racismo estrutural ainda propaga a ideia do "outro inferior" (SODRÉ, 2015).

A produção situada do conhecimento significa reconhecer que todo processo de conhecimento ocorre a partir de posições históricas e sociais. No projeto, as experiências das comunidades escolares são incorporadas ao processo pedagógico por meio de rodas de conversa, escrevivências, entrevistas e outras metodologias participativas. A experiência vivida deixa de ser elemento secundário e passa a constituir fonte de problematização e reflexão.

Essa opção possui consequências metodológicas e políticas. Ao reconhecer estudantes, docentes, famílias e integrantes da sociedade civil como sujeitos de saber, a universidade desloca a lógica vertical que frequentemente caracteriza relações institucionais. O conhecimento acadêmico permanece importante, mas é colocado em diálogo com saberes produzidos no território e nas experiências de enfrentamento das violências.

A interseccionalidade também amplia a compreensão da prevenção. Uma intervenção que ignore racismo, desigualdade social ou padrões de gênero e sexualidades, pode produzir respostas insuficientes às violências de gênero. E uma ação antirracista que não considere relações de gênero pode deixar invisíveis experiências específicas de meninas e mulheres. A articulação dessas dimensões torna-se, assim, princípio analítico e orientação para a prática.

A proposta pedagógica do projeto dialoga com Paulo Freire e Bell Hooks ao compreender a educação como prática política, dialógica e potencialmente libertadora. Em Freire (1970), a educação crítica se opõe à concepção bancária na qual conhecimentos são depositados em sujeitos passivos. A construção do conhecimento exige diálogo, problematização da realidade e participação dos sujeitos no processo educativo.

Essa concepção é particularmente fecunda para ações de prevenção das violências de gênero. Não basta apresentar definições e leis se os conteúdos não dialogarem com as experiências concretas dos estudantes. A problematização permite que situações naturalizadas sejam interrogadas: brincadeiras discriminatórias, controle de comportamentos, desigualdade na ocupação dos espaços, culpabilização de vítimas, silenciamento de denúncias e outras práticas, e possam ser analisadas coletivamente.

Hooks (2019) compreende a sala de aula como espaço radical de possibilidade. Essa formulação ajuda a interpretar a escola não apenas como instituição reprodutora de desigualdades, mas como espaço de conflito, resistência e criação. O projeto enfatiza exatamente essa contradição: ao mesmo tempo em que opressões são reproduzidas, surgem as oposições, descontentamentos e conflitos que podem abrir possibilidades de transformação.

ISSN: 2358-8829

A pedagogia feminista aproxima conhecimento e experiência, questiona hierarquias e valoriza a participação. Nesse sentido, a prática educativa do projeto vai além da transmissão de conteúdos. Ela envolve escuta, diálogo, reflexão e construção coletiva. Rodas de conversa e oficinas não são apenas formatos didáticos; expressam uma concepção de educação na qual a palavra e a experiência integram o próprio processo de produção do conhecimento.

A escola aparece, portanto, como lugar de disputa. Currículos, regras e práticas podem reforçar desigualdades, mas também podem contribuir para desmontá-las. Essa leitura evita tanto a idealização da escola quanto uma visão determinista segundo a qual ela apenas reproduziria a sociedade. Reconhecer o conflito significa reconhecer a possibilidade de intervenção pedagógica e processos de mudança.

A extensão universitária feminista fortalece a aproximação de diferentes sujeitos e instituições. A universidade contribui com pesquisa e formação; as escolas apresentam demandas, experiências e conhecimentos; os movimentos e organizações sociais acumulam práticas de mobilização, acolhimento e defesa de direitos. A interação entre esses campos produz um espaço formativo que ultrapassa os limites físicos da sala de aula universitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa ficou evidente a presença de bullying, desigualdade social e violências de gênero e abuso sexual, além de limitações na rede de proteção física e verbal, na Escola Estadual Hilda Carneiro, em Feira de Santana-Bahia. Tais elementos são apresentados como parte de um problema estrutural e contínuo, e não como ocorrências desconectadas. A violência escolar, nessa leitura, reflete um contexto social mais amplo marcado por desigualdades e outras formas de violência.

Além das oficinas sobre bullying e violências de gênero, foram aplicados 47 formulários com estudantes interessados e disponíveis do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) - com idade entre 18 e 22 anos - contendo 12 questões ao todo, sendo 9 fechadas (contendo a identificação do(a) perfil do(a) participante, se já sofreu violência, o tipo de violência e onde ocorreu) e 3 questões discursivas, que permite a narrativa do(a) participante (incluindo a situação da violência, quem cometeu e o sentimento sobre o ocorrido).

Dos 47 participantes, 25 (53%) se declarou de sexo feminino, enquanto 21 (45%) se declarou masculino e 1 (2%) não soube informar o sexo. Sobre a orientação sexual, 40 estudantes se declararam heterossexual (85%), enquanto 4 (9%) se declararam LGBTQIA+; e 3 (6%) deles não informaram.

ISSN: 2358-8829

Das respostas coletadas, 12 estudantes afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência, sendo 25% do universo. Deste total, sendo 5 informaram violência psicológica (42%), 1 moral (1%), 3 sofreram violência física (25%), e mais 3 violências psicológica e física (25%) de modo concomitante. Quando questionados sobre o local onde ocorreu a violência, dos 12 informantes, a metade ocorreu na família e o restante distribui-se entre escola, comunidade e meio digital.

Entretanto, um dado ainda chama atenção: 10 pessoas (21%) dos(as) participantes não responderam sobre as violências já sofridas, deixando a pergunta em branco. Não quiseram ou não conseguiram romper o silêncio? É possível que este silenciamento esteja motivado pelo *habitus* do patriarcado presente em nossa vida social.

Nesse sentido, Bourdieu (1992), traz o conceito de *habitus* pode ser interpretado como uma estratégia inconsciente para legitimar a própria violência e o discurso da violência contra a mulher, por exemplo, em defesa da honra, moral e bons costumes associados ao patriarcado.

Esse silêncio serve de escudo para invisibilizar as violências de gênero, e aqui é lido como dado, até porque sabemos que existem diferentes tipos de violências e, muitas vezes, se naturaliza as violências psicológica e a moral, ignorando-as ou reconhecendo-as violências relevantes, especialmente na juventude. O silêncio não pode ser ignorado, porque ele revela, na maioria das vezes, medo, insegurança, vergonha ou até a certeza de que, mesmo se falarem, nada poderá ser feito ou transformado.

Na parte discursiva que indaga o sentimento frente à violência sofrida, uma estudante escreveu: "*Não me lembro ao certo, pois minha memória foi desaparecendo, mas sinto medo e me senti silenciada".* O silêncio também é uma forma de violência. E, nesses casos, é um silêncio que não nasce do esquecimento, mas de experiências dolorosas e incapazes de serem expressas em palavras. Isso mostra como ainda faltam espaços de escuta e acolhimento para adolescentes, principalmente meninas, que muitas vezes aprendem desde cedo a esconder a dor para não "dar trabalho".

Outra estudante informou que, ao sofrer abuso sexual: *"[...] me senti suja, como se a culpa fosse minha",* e complementou: *"Fiquei pensando que era por causa da roupa que eu estava usando. Me senti oferecida. Tenho vontade de desaparecer. Até hoje tenho flashbacks".* Ela relatou que tinha 9 anos quando um primo a abusou sexualmente na casa da avó materna e que o sentimento foi de nojo pela situação vivenciada. É esse o funcionamento da cultura do estupro: tomar normal o que é inaceitável. Ensinar, desde cedo, que meninas devem se acostumar com o medo, e que meninos podem ultrapassar limites sem consequências. Desnaturalizar isso, é um papel primordial de famílias, escola e sociedade.

ISSN: 2358-8829

As implicações emocionais relatadas pelos(as) estudantes mostram que a violência não termina no momento em que acontece. Ela continua reverberando dentro da pessoa (muitas vezes por anos) com sentimentos de nojo, vergonha, culpa e confusão. Logo, o mais cruel é que, muitas vezes, quem sofre ainda precisa lidar com o julgamento (tanto dos outros quanto de si mesma). Isso acontece porque ainda vivemos numa sociedade que não ensina a responsabilizar o agressor, mas ensina a vítima a se perguntar o que ela "fez de errado". No entanto, esse tipo de sofrimento psicossocial não é exagero, nem drama. É consequência direta de uma lógica de silenciamento, que isola quem sofre e protege quem violenta.

A violência de gênero não se resume ao ato em si, ela também está nas consequências não vistas, nos traumas não tratados, nas perguntas sem resposta. Por isso, atribuir a escuta sensível para essas histórias, validá-las e trazer esses temas para a sala de aula e outros espaços em que a vítima se sinta segura, é um passo urgente e necessário.

Fazemos uso da ideia de silenciamento e não do silêncio, pois este último pode se manifestar na forma de resistir, de recusar a dizer algo. O silenciamento, assim, corresponde à ação de "pôr em silêncio", como disse Orlandi (2007). Para Cheim (2024), mulheres que sofrem ou sofreram abusos e violências vivem o conflito entre o lembrar e o esquecer, que pode fazer parte da dinâmica da memória, num processo emocional desconfortante.

O esquecimento pode significar "[...] aquilo que já não tem significado na atualidade, mas também aquilo que tem significado demais" (Portelli, 2016, p. 47). A lembrança da violência pode ser compreendida como um campo de disputas no qual o silenciamento, por vezes, requer seu espaço, já que os relatos dessas narradoras fazem parte de suas experiências de vida pessoal, e "[...] elas podem querer resguardá-las como algo íntimo demais para ser revelado" (Portelli, 2016, p. 15).

Consoante as narrativas apresentadas, é fundamental sinalizar que o processo (complexo) de formação, mesmo que ocorra em instâncias coletivas, é individual e também está afeito à sensibilidade de sentir para além do que se vê ou ouve. Nesta direção, Barbier (1998, p. 186) salienta a importância da escuta sensível em que "[...] antes de situar uma pessoa em seu 'lugar', comecemos por reconhecê-la em seu ser, em sua qualidade de pessoa completa".

Por outro lado, a prevenção das violências de gênero, não pode restringir-se a campanhas episódicas ou respostas posteriores aos casos. Ela demanda processos educativos continuados capazes de problematizar crenças, linguagens, comportamentos e relações que normalizam a violência. Também requer condições para que estudantes reconheçam situações de abuso, identifiquem possibilidades de apoio e desenvolvam confiança para falar sobre experiências que muitas vezes permanecem silenciadas.

ISSN: 2358-8829

Na pesquisa apresentada, a escola apareceu, em alguns relatos, como lugar onde a violência também acontece. De 47 estudantes investigados, 2 (dois) deles informaram que sofreram violência dentro do próprio ambiente escolar, o que evidencia que espaços com finalidade de acolher e proteger, também (re)produz exclusão e silêncio, entretanto, com o desenvolvimento do projeto foi na escola que eles também encontraram, talvez pela primeira vez, espaço para a escuta e para expressar as suas experiências e medos mais íntimos.

A escuta, nesse caso, não foi só uma etapa da pesquisa. Traduz uma forma de cuidado, de escuta. As narrativas revelaram as dores e a vergonha, mas cumpriram o papel inicial do rompimento da violência sofrida, o que aponta a escola como espaço não só onde a violência é repetida, sobretudo, onde ela começa a ser enfrentada.

O fato da escola admitir a gravidade desse assunto, e buscar verificar e prevenir formas de violências, implica romper a barreira do silêncio e colocar os(as) estudantes como vítimas, pois sabemos que, muitas vezes nesse ciclo contínuo em que os abusos são constantes, podem vir a ocorrer o feminicídio (Meneghel *et al*, 2017), sendo este uma cruel realidade social. Por isso, se faz urgente criar protocolos, articulando educação e saúde, para notificar e acolher os casos, agindo com cautela, sem impor decisões e sem julgar, de forma hábil e resolutiva para proteção dos(as) jovens, rompendo, assim, constrangimentos e opressões de modo mais efetivo.

Ao afirmar que abordar gênero é abordar poder, o projeto situa a educação de gênero no centro de uma disputa sobre diferentes e múltiplos modos de interpretar a realidade. A discussão não se limita a conteúdos conceituais, ela alcança práticas, afetos, experiências e relações, numa perspectiva interseccional, considerando o conhecimento situado. Debater a violência de gênero não deve ser exceção nas práticas curriculares, mas parte do que a escola se propõe diariamente, que é viabilizar a formação pessoas mais conscientes, respeitosas e mobilizadoras de uma vivência social mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência do projeto “Trabalhando violência e gênero nas escolas públicas de Feira de Santana” reafirma a escola como espaço estratégico de transformação social, apra além da reprodução e exclusão social. A presença de violências naturalizadas e invisibilizadas não elimina sua potência educativa; ao contrário, torna necessária a construção de práticas que favoreçam reconhecimento, diálogo, reflexão e participação.

A parceria entre Mulieribus/UEFS, Coletivo de Mulheres, outras organizações e escolas aparece como elemento fundamental para a sustentabilidade do projeto em sua trajetória. A

articulação interinstitucional amplia a capacidade de formação/intervenção, embora também produza desafios de coordenação e demande apoio institucional continuado.

A prática educativa desenvolvida vai além da transmissão de conteúdos. Ela se constitui como processo crítico e participativo, orientado por metodologias que valorizam a palavra, a escuta, a experiência e a construção coletiva. A pesquisa-ação oferece base para articular diagnóstico, intervenção e avaliação, enquanto a epistemologia feminista e a permitem compreender as violências em sua relação com gênero e suas interseccionalidades.

Os impactos relatados - reconhecimento das violências, confiança para denúncias e relatos, fortalecimento de redes e empoderamento de meninas e mulheres - indicam a relevância de intervenções educativas continuadas. Ao mesmo tempo, os desafios relativos a estrutura, bolsas, burocracia, resistências e integração curricular mostram que a prevenção exige compromisso institucional e políticas de sustentação da extensão.

Como desdobramento, recomenda-se aprofundar a sistematização dos indicadores do projeto, registrar metodologias de cálculo de alcance, construir instrumentos participativos de avaliação e fortalecer o acompanhamento dos efeitos das ações nas comunidades escolares. Essas medidas podem ampliar a capacidade de demonstrar resultados sem perder a riqueza qualitativa de uma experiência construída no diálogo e no território.

Conclui-se que a extensão universitária feminista constitui uma estratégia relevante para o enfrentamento das violências de gênero quando integra formação crítica, participação, interseccionalidades e articulação em rede. Sua força está menos em ações isoladas do que na continuidade dos vínculos, na capacidade de produzir perguntas coletivamente e na aposta de que a escola, embora atravessada por relações de poder, permanece como um espaço de possibilidades.

Palavras-chave: Extensão universitária, Violências de gênero, Educação, Interseccionalidade, Escola pública.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019.

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos, SP: UFSCar, 1998. p. 168-199.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de

Janeiro: Bestbolso, 1992.

CASTRO, L. M. C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: **Reunião Anual da ANPED, 27**. Anais. Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/t1111.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.
CHEIM, E. O. A. T. Mulheres, violências e vozes silenciadas. In: **Histórias de luta:** narrativas de mulheres e o enfrentamento da violência de gênero [online]. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2024, p. 69-116.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

IBGE. 2025. [Referência apresentada no material-base sem detalhamento bibliográfico].

JORNAL GRANDE BAHIA. **Violência contra crianças e adolescentes em Feira de Santana:** juiz aponta desafios e propõe ação integrada nas escolas. 13 nov. 2025. [Referência apresentada no material-base].

LIMA, Tatiane de Lucena. **Currículo, gênero e formação:** uma compreensão densa dos atos de currículo do curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e suas implicações nas experiências formativas. 2012. 209 f. Tese – UFBA, Salvador, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al.* Feminicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2963-2970, set., 2017.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola. Tradução Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999. (Coleção educação em pauta: escola e democracia).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra: KRUG *et al* (Eds.), 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2007.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros*:*** identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3. ed.

Petrópolis: Vozes, 2015

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.